

Carta Capital 02/03/05

Por Maurício Dias

A razão do Estado

O ministro Tarso Genro vai deixar exposta ao sol e ao sereno, por mais 30 dias, a versão preliminar do que pretende ser a reordenação do ensino superior brasileiro. Ainda este ano, eventualmente modificada por acréscimos ou supressões das muitas que chegam ao Ministério da Educação, ganhará o formato de ante-projeto de lei para ser encaminhado ao crivo do Congresso. Nascida de debates que mobilizaram a comunidade acadêmica, as entidades privadas do setor educacional, políticos e técnicos, a proposta do governo - muito mais uma lei orgânica do que propriamente uma reforma universitária - propõe regular um setor que na última década cresceu desordenadamente e ganhou uma importância econômica, cujo significado pode ser explicado, em síntese, por dois percentuais. Somadas as entidades privadas e públicas, a receita da educação superior representa cerca de 2% e a despesa significa aproximadamente 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Foram os poderosos tambores das instituições privadas - segundo o Censo da Educação Superior de 2002, movimentaram em torno de R\$ 16 bilhões em receitas e R\$ 17 bilhões em despesas - que rufaram contra o documento inicial do MEC. Rufaram forte, mas não em uníssono. O som mais agudo veio dos que identificaram na proposta um suposto cacete do Partido dos Trabalhadores: o intervencionismo estatal. Os críticos exercitaram tiro ao alvo com a cabeça do ministro da Educação. Antes mesmo do ministro Tarso Genro, de alguém do governo ou de qualquer militante petista argumentar contra, quem bloqueia a acusação é o professor Edson Nunes, presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e pró-reitor da Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro. Ele tem críticas, algumas severas, à proposta do MEC, mas quando a reação é ao suposto intervencionismo estatal, ele discorda. "O que chamam de intervencionista, nesse caso, é o ato do governo de meter a mão nas mantenedoras. Há um vazio de Estado que, agora, será ocupado por quem de direito: o poder público", resume Nunes. As boas universidades, segundo ele, não estão preocupadas com isso. Edson Nunes expõe a vertente pragmática do argumento que sustenta ao dizer que "as universidades privadas deviam estar preocupadas é porque o ensino como está vai desmoralizar a opção brasileira de crescer pelo setor privado". E é exatamente na relação do Estado com o setor privado que está a confusão. Uma situação estimulada, principalmente, por aqueles que pedram e depredam o ensino superior. Mesmo o comportado pragmatismo, nesse estado de coisas, ganha elementos que dão ao projeto uma dimensão de "revolução", segundo Nunes identifica no caso. É como a chegada de um xerife numa cidade sem lei. Nem todas as razões dos que são contra a proposta são motivadas por interesses subalternos. No rol das críticas é possível identificar outras preocupações como a que recai sobre a criação de um Conselho Social nas instituições privadas. "Trata-se de um Conselho meramente consultivo, de enlace da universidade com a sociedade, trazendo à tona, com transparência, relações que já existem. Por exemplo, há críticas ferozes ao fato de que o MST pode participar do Conselho", explica o ministro Tarso Genro. Não são poucas as universidades públicas, pelo Brasil afora, que têm relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Juntos, desenvolvem vários programas para a pequena agricultura, entre outros. Na mira dos adversários, o ministro Tarso Genro, numa boa lição de tolerância política, vê com normalidade as reações e mesmo os excessos que, para ele, são inerentes ao regime democrático. "Quem não pode cometer excessos, nem para responder, é o governo. O Estado tem de responder de maneira qualificada e com argumentos", disse ele numa das muitas ponderações que fez em entrevista a CartaCapital. Os dois governos do ex-presidente Fernando Henrique formam um marco expressivo no ensino superior do País. O segundo mandato principalmente, iniciado em 1998, consolidou a opção pelo "mercado educacional". O ensino superior emergiu das trevas da ditadura militar, em 1985, com um nível de participação privada no ensino já bastante alto: 72,9%. É nos oito anos de tucanato que se dá o crescimento vertiginoso do ensino superior privado. Ao fim do período, em 2002, o que representava 74,4% alcançou 88,1%. Nesse período, o número de instituições públicas se manteve estável. Cerca de 200 entre 1980 e 2003. Ano em que, segundo levantamento do Observatório Universitário, havia 1.652 instituições de ensino superior (IES) privadas com mais de 2,7 milhões de alunos matriculados. Isso significava 71% do total de alunos. O trabalho do

Observatório, assinado por Nunes e pelos professores Enrico Martignoni e Leandro Molhano Ribeiro, chama a atenção para o caso brasileiro comparado com os Estados Unidos, "exemplo da matriz capitalista atual": 76% de todos os estudantes americanos, cerca de 11 milhões, estão matriculados em instituições públicas; 66% de todos os graduados são egressos delas; 75% de todos os títulos de doutor também vêm das públicas, bem como 70% de todos os diplomas das áreas técnicas e das engenharias. A opção brasileira é desviante como é a do Japão, Coréia, Chile, Filipinas e Indonésia. "Se somos assim, a nossa preocupação regulatória tem de ser maior ainda para não destruir essa opção", observa Edson Nunes. Destruir a opção seria o mesmo que matar uma galinha que só dá ovos de ouro. Tendo como base o ano de 2002, é fácil verificar a importância econômica do ensino superior. Considerando os setores público e privado, a receita bruta naquele ano foi de R\$ 29.109.821. Um número só inferior ao da Petrobrás e ao das empresas do setor de telecomunicações. Superior, no entanto, ao conjunto de empresas de transporte aéreo. A opção brasileira pela expansão do ensino superior pelo caminho privado se ajusta, de alguma forma, à inclusão do País na categoria daqueles que têm um "sistema de elite", segundo as referências internacionais da taxa de "escolarização líquida". Ou seja, o total de estudantes com idade correspondente ao seu nível de educação sobre a população com essa mesma idade. Tudo isso se passa num terreno onde a relação da legislação educacional é com a "mantida" e não com a "mantenedora". A legislação licencia, autoriza cursos. Mas o proprietário do curso é uma mantenedora. A mantida - a entidade educacional - é que emprega o professor e, no entanto, ela não tem personalidade jurídica. O que existe, de fato, é a mantenedora que emprega o professor. "Criamos um lugar - a educação superior - que tem um vazio de Estado. No Brasil, quem tem autonomia é a mantenedora e não o centro educacional. Nas faculdades, os professores não têm a quem reclamar. Se vão ao diretor eles ouvem: "Isso não é comigo, eu não contrato ninguém"", insiste Edson Nunes. Era exatamente isso o que sempre falou nas reuniões da Câmara de Educação Superior, que, entre outras coisas, tem a responsabilidade doutrinária nas questões relativas à educação superior no Brasil. Mais ou menos em meados de 2004, em Brasília, ele foi puxado pelo braço pela professora Marilena Chauí, ao final de uma reunião na Câmara, e foi levado à sala do ministro Tarso Genro. "Insisti, na conversa com o ministro, que há um vazio de Estado no setor da educação superior. Criaram agências regulatórias para as áreas privatizadas. Elas acompanham as planilhas, as obrigações, os atendimentos e ouvem os consumidores. Não são lá grande coisa, mas estão presentes nas relações entre a concessão e concessionário. Na educação é diferente, há um vazio", compara. De fato, as mantenedoras são um assunto exclusivo do Código Civil. O braço do MEC não chega até lá. Há inúmeros casos em andamento que expressam essa situação. Um dos exemplos ocorre na cinquentenária Universidade Católica de Petrópolis. O governo licenciou e credenciou. Não fica sabendo, por exemplo, que a mantenedora enfrenta problemas legais, acusada por má gestão. As faculdades, a exemplo dos motoristas de táxi no Rio, só têm regras de entrada. Ninguém olha por elas. A concessão dos táxis continuará assim. A situação do ensino superior, no entanto, vai mudar. Ou melhor, olhando com certo ceticismo, pode mudar. Alguns exemplos podem ser citados. O credenciamento será concedido após o período de três anos, a partir do ato de autorização prévia para a oferta de cursos superiores concedida pelo MEC. Nesse período, as instituições de educação e as mantenedoras serão submetidas aos processos de supervisão, verificação e regulação. Os credenciamentos serão concedidos pelo prazo máximo de cinco anos. Há, sim, uma questão doutrinária em jogo nessa organização normativa do ensino universitário. Ela percorre alguns artigos das "Disposições Gerais" do anteprojeto original soterrando os pilares de um liberalismo que era exercitado às últimas consequências. Um artigo estabelece "responsabilidade social", que é definida a partir de alguns compromissos; outro fixa um condicionante da liberdade de ensino à iniciativa privada: "Será exercida em razão e nos limites da função social da educação superior". A proposta resgata o conceito de "interesse público" ao qual ficará subordinada a expansão do ensino superior. Por que não? "No Brasil é assim: se sou padeiro e quero abrir uma faculdade de Direito, ninguém verifica a minha idoneidade ou a minha experiência no ramo. Mas para abrir uma casa bancária há regras duras e a CVM exige experiência no setor. Lá não pode. Desde quando uma faculdade é menos importante que um banco?", pergunta Edson Nunes. Uma boa polêmica está armada em torno da meta de crescimento do setor público. Até 2011 deverá alcançar 40% das vagas do sistema. Isso significa crescer 11% em seis anos. Um esforço

monumental.

"Vamos ver o que o doutor Palocci diz", provoca Edson Nunes. Ele discorda da proposta. Ela foi vetada no governo Fernando Henrique com o aplauso de Nunes. Para ele, soa estranho amarrar o fôlego curto do orçamento público ao fôlego de gato dos orçamentos privados. Ele prevê uma corrida maluca, ao fim da qual o ensino privado será vitorioso. Tem sido assim nos governos recentes. O discurso de oposição ao setor privado contraria a prática de promoção dessa expansão. O ensino privado se beneficia, também, de um forte lobby no Congresso. Registra o Observatório Universitário de dezembro de 2004, que discute a regulação da educação superior: "O setor educacional tem participado ativamente da colaboração e financiamento de campanhas eleitorais, sem discriminação, registre-se, quanto a candidatos do PT".

Em outras palavras, o setor educacional está mergulhado nos confrontos eleitorais e já conta com uma forte base de apoio no Congresso. Não é uma surpresa, como relata, de Brasília, o repórter de CartaCapital Luiz Alberto Weber: "Na década de 90, ficaram famosas as festas que o empresário da educação João Carlos Di Gênio oferecia para o mundo político. Localizada no Park Way, a Mansão das Palmeiras era o epicentro do lobby do ensino privado na capital". "As celebrações - prossegue Weber - reuniam senadores e deputados que, muitas vezes, confraternizavam sob uma tenda cônica que imprimia ao ambiente o aspecto de um picadeiro. Numa referência deslumbrada ao Le Cirque, de Nova York, o lugar chamado de O Circo". O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) acredita que cerca de 70 deputados podem ser incluídos como integrantes de um grupo identificado como "bancada da educação". No Senado, Hélio Costa (PMDB-MG) recebeu doações para a campanha eleitoral da Sociedade de Ensino Triângulo, no valor de R\$ 686.523,70. E um exemplo de muitos. A proposta de Tarso Genro entra na contramão de grandes interesses. Se vai conseguir aprová-la ainda não se sabe. "O mercado regulatório é um selvagem campo de lutas de interesses. Regula quem pode e não quem quer", costuma repetir Edson Nunes. Como não há regulação neutra, imparcial, tudo mudará se o lobby do ensino privado não dobrar as vontades - inclusive a do governo - e resistir à regulação. O debate, de qualquer forma, deixa marcas distintas entre FH e Lula. O primeiro fez a opção pelo ensino privado e não regulou. Como consequência de uma visão da educação como exclusividade do mercado, a qualidade do ensino caiu. O segundo quer regular e submeter a educação superior ao interesse público, resgatando o princípio da função social do ensino. Olhado pelo viés da política econômica, mica, o governo Lula tem sido comparado, com razão, ao terceiro mandato de FH. Tarso Genro, com a proposta de reorganização da educação superior, mostra que pode e deve haver diferenças importantes entre um governo tucano e um governo petista.